



Justiça

Qatargate: A credibilidade da UE pode ficar afetada? É necessário apertar o controlo das instituições europeias?

Frederico Pedreira
7:05



Especialistas contactados pelo ECO defendem que este caso afetou a imagem do Parlamento Europeu e que está na hora de apertar o controlo das instituições europeias.

— — á poucos dias o mundo acordou com mais um escândalo da



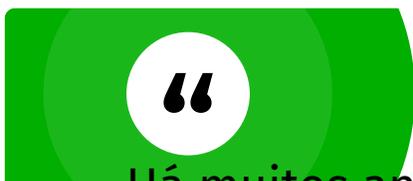
grega, Eva Kaili. Em causa estão suspeitas de um **alegado lóbi ilegal do Qatar para influenciar decisões políticas em Estrasburgo.**

Pelo que sabe, até ao momento foram descobertos **900 mil euros suspeitos de relacionados com este caso, com as autoridades a decretarem a prisão preventiva a quatro pessoas** — incluindo a Eva Kaili —, após serem indiciadas pelos crimes de **participação em organização criminosa, branqueamento de capital e corrupção.**

Mas tão importante quanto os contornos da questão criminal, é saber se as instituições europeias — todas elas e não só o Parlamento Europeu — podem ficar (ou não) com danos reputacionais irreversíveis.

Já em jeito de justificação, a presidente do PE, **Roberta Metsola**, assumiu que está na política para **“lutar contra a corrupção”** e para **“defender os princípios da Europa”**, admitindo que este é **“um teste” aos valores e sistemas do PE.** **“Os responsáveis [pela corrupção] verão que este Parlamento está do lado da lei”**, garantiu.

Avançou também que será lançado um processo de reforma, sublinhando que é necessária mais transparência nas reuniões de eurodeputados com agentes estrangeiros. **“Vamos abanar este Parlamento. Vamos proteger aqueles que nos ajudam a expor crimes”**, disse Metsola.



Há muitos anos que há problemas no

há muitos anos que há problemas no sistema ético da administração da União Europeia. É tempo de passar à ação, para bem da própria integração europeia e da credibilidade das suas instituições e agentes.

Emily O'Reilly
Provedora de Justiça Europeia

Relembrar, ainda, o que defendeu a **Provedora de Justiça (“Ombudsman”) europeia, a irlandesa Emily O’Reilly**, ao jornal eletrónico *Politico*. Sendo a União Europeia “um grande pagador global, é natural que todos, desde as chamadas *big-tech*, as grandes tecnológicas, a Estados fora da União, tentem influenciá-la”. Dizendo ainda que é preciso “um grande escândalo para que as coisas mudem”, apesar de assinalar mudanças incrementais positivas nos últimos anos. **Num contexto em que todos reconhecem, segundo O’Reilly, há muitos anos, “que há problemas no sistema ético da administração da União Europeia. É tempo de passar à ação, para bem da própria integração europeia e da credibilidade das suas instituições e agentes”.**

Esta foi a mesma Provedora da Justiça Europeia que, em janeiro deste ano, criticou a Comissão Europeia por desconsiderar o pedido de acesso às mensagens de texto trocadas entre a sua presidente, Ursula von der Leyen, e o CEO da Pfizer, Albert Bourla, em 2021. O acesso às mensagens foi pedido por Alexander Fanta, jornalista no jornal alemão *Netzpolitik*, depois de von der Leyen admitir em abril de 2021 a negociação por mensagem de 1,8 mil milhões de vacinas com o CEO da Pfizer. **Na altura, a notícia surgiu depois de um arranque demorado nas campanhas de vacinação europeias em 2020 e as falhas na entrega de doses da farmacêutica AstraZeneca, por**



Como fica ou pode vir a ficar a credibilidade das instituições europeias perante um caso destes?

“Claro que um episódio como este é sempre danoso para a reputação das instituições, em particular uma, como o PE, tão ativo na defesa da transparência, dos valores e princípios europeus e contra atos de corrupção e outros atos que prejudicam os cidadãos, os países e as instituições. Aliás, em 25 de novembro passado, o PE aprovou uma resolução sobre a realização do Mundial de Futebol no Qatar, muito crítico da situação dos direitos humanos neste país e da referida realização”, explicou Paulo Sande, especialista em assuntos europeus.

Porém, Paulo Sande defende que este caso pode vir a ser paradigmático e até positivo para a instituição, pela forma rápida de reação. “A forma rápida e resoluta como o processo se tem desenrolado, com uma vice-presidente da instituição presa preventivamente, tal como outros membros do presumível grupo criminoso, com buscas e apreensões em mais do que um país europeu, sinal do bom funcionamento da cooperação policial na União Europeia, também demonstra que, em democracia – e na Europa – **ninguém está acima da lei**. Eva Kaili, devido à forte suspeição existente (sacos de dinheiro, declarações quase disparatadas a louvar o país do Golfo, etc.), perdeu já o cargo de vice-presidente do PE e está suspensa de funções. Estes são aspetos que separam as democracias das autocracias (ou das democracias iliberais)”, disse.

O advogado deixa no ar uma questão que considera relevante: “**Isto trata-se de um caso isolado, em que, no máximo, participam meia dúzia de deputados europeus (são 705, é bom não esquecer), alguns assistentes parlamentares e respetivos familiares. ou é algo de mais fundo e**



“

Isto trata-se de um caso isolado, em que, no máximo, participam meia dúzia de deputados europeus (são 705, é bom não esquecer), alguns assistentes parlamentares e respetivos familiares, ou é algo de mais fundo e inquietante? Não tardaremos a saber.

Paulo Sande
Especialista em assuntos europeus

“É evidente que este caso afeta muito a imagem do Parlamento Europeu, e até, por arrastamento, do conjunto das instituições da UE”, sublinhou também Gonçalo Anastácio, sócio do departamento de Concorrência e União Europeia da SRS Legal.

“A notícia de favorecimento do Catar junto das instituições europeias já levou a que fossem colocados em crise outro tipo de acordos entre a UE e o Catar, como por exemplo, o acordo de transporte aéreo. **No entanto, o Parlamento Europeu reagiu rapidamente através da condenação pública de práticas de corrupção e da esmagadora votação a favor da perda do cargo de vice-presidente, o que demonstra que é uma instituição sólida**”, defende Rita Leandro Vasconcelos, advogada e sócia da CVA.

Também para João Vacas, consultor da Abreu Advogados, a credibilidade é afetada. pois as instituições europeias “não são imunes” a esta



contrário.

“Devemos resistir à tendência perniciosa para confundir a árvore com a floresta que vem fazendo caminho nas nossas sociedades. **O clima de suspeição generalizada faz tanto mal às instituições e erode tanto a coesão social quanto os casos concretos em que a ação de alguns dos seus membros é ilegal ou contrária à ética**“, acrescentou o consultor.

Com vários programas, organismos, legislação e procedimentos relevantes na União Europeia para promover a transparência e combater a corrupção e a fraude, os **especialistas acreditam que não é preciso mudar a lei**. É preciso que seja aperfeiçoada e que “puna eficazmente” quem pratique esses crimes.

“A ideia voluntarista, muito portuguesa, de que basta mudar regras para que o mal seja erradicado colide com a natureza humana. Infelizmente, nem todas as pessoas são honestas e isso é verificável em todos os contextos e em todas as épocas. Será sempre possível procurar melhorar o enquadramento normativo – nomeadamente no tocante à transparência no exercício de funções públicas -, **mas é ilusório esperar que a corrupção acabe por decreto**“, sublinhou João Vacas.

Dantas Rodrigues defende que **os atos de corrupção praticados por políticos dirigentes afeta sempre a credibilidade de qualquer instituição**. “A dimensão intergovernamental, a ligação ao Catar e o facto de ser a instituição comunitária em que os cidadãos europeus mais confiam, deixa-nos preocupados, pela



...mas os membros que entram no Parlamento Europeu, e também os membros da Comissão Europeia e a Comissão Europeia dispõem de um Registo de Transparência onde o registo é uma condição prévia para a realização de determinadas atividades de representação de interesses, indicando com quem se reúnem e quais os assuntos tratados na reunião, **toda esta supervisão esbarra com a alta criminalidade financeira que alicia com quantidades muito significativas de dinheiro e presentes os políticos dos altos cargos para que adotem estratégias de conveniência**“.

Há pouco controle das instituições europeias?

Paulo Sande admite que este caso revela **“a necessidade sentida há muito de apertar o controlo das instituições europeias, sendo o PE, pela sua natureza, uma das mais visadas**. Ursula van der Leyen, quando tomou posse, apresentou como um dos seus projetos a criação de um órgão de supervisão independente da conduta dos membros das várias instituições europeias, órgão que ainda não viu a luz do dia”.

No Parlamento, como junto da Comissão, agem representantes de muitos interesses distintos, todos credenciados e registados, os chamados “lobistas”. “Com esses interesses devidamente identificados, a sua atividade é aceite e até bem recebida, porque **permite aos deputados europeus conhecer melhor as centenas de assuntos que discutem e, assim, decidir de forma mais informada**“, notou Paulo Sande.

“Mas isso não significa que possam aceitar qualquer tipo de retribuição,



sanções neste previstas (no artigo 176º), são claras a esse respeito: **os deputados ‘preservam a dignidade do Parlamento e não lesam a sua reputação’**. Se isso acontecer, como claramente sucede neste caso, estão sujeitos a sanções que podem ir de uma mera repreensão à perda dos cargos para que foram eleitos”, explicou. E acrescentou: “é certo, contudo, que em particular no que respeita ao PE, as regras éticas e o controlo devem ser reforçadas, como há muito se reconhece”.

Dantas Rodrigues vai na mesma linha, ao dizer que **“não me parece que a criação de um órgão de ética, seja suficiente. Falta um órgão de controle de denúncias (*compliance*), com poderes investigatórios e mecanismos muito concretos para as denúncias de atos ilícitos praticados pelos deputados e funcionários”**. E acrescenta um ponto: “independentemente de vir a melhorar o controle na representação de interesses, falta ainda a questão da imunidade parlamentar, onde a detenção só é possível em caso de flagrante delito. Precisa-se de alterar o regime das imunidades criando a exceção para crimes financeiros praticados no exercício de atividades públicas. E tudo isto sim, é uma mudança dissuasora porque o resto tudo depende da independência profissional e pessoal daqueles que influenciam as decisões europeias”, concluiu.

“As regras sobre transparência devem ser exigentes. Será, provavelmente, impossível, eliminar por completo práticas como aquela a cujos desenvolvimentos temos vindo a assistir nos últimos dias. Porém, deve fazer-se um esforço por tornar mais fácil e rápida a sua deteção. Melhorar as regras de transparência das instituições é um passo fundamental no bom sentido. É natural que a ocorrência deste tipo de situações dê origem a reformas”, sublinha Rita Leandro Vasconcelos.



Vamos por partes. **Tudo começou no dia 9 de dezembro**, quando os media noticiaram que Eva Kaili, até então vice-presidente do Parlamento Europeu e eurodeputada grega socialista, tinha sido detida em Bruxelas.

Mas não foi a única. **Para além de Eva Kaili, foram ainda detidos outros cinco suspeitos**. Entres eles, está o companheiro da ex-vice-presidente, o italiano Francesco Giorgi, e o seu pai, Alexandros Kailis. **O que motivou estas detenções foi a terem sido encontrados 600 mil euros em dinheiro** durante 16 buscas domiciliárias realizadas em Bruxelas, uma das quais ao apartamento da eurodeputada.



Eva Kaili

EPA/JALAL MORCHIDI

Francesco Giorgi é um dos nomes que “soa” neste processo junto ao da sua companheira. O italiano era atualmente assessor de um outro



o “cabecilha” da operação ai recolher subornos em troca de uma operação de limpeza da imagem qatari em Bruxelas

Já o pai de Eva Kaili, Alexandros Kailis, foi apanhado em flagrante pela polícia num hotel com um saco com 600 mil euros em dinheiro, alegadamente provenientes do esquema de corrupção. A polícia belga deteve-o quando se preparava para fugir para a Grécia.

Segundo os meios de comunicação gregos, outros 150.000 euros foram encontrados em malas numa busca realizada na casa de Kaili em Bruxelas. O mesmo valor foi encontrado num apartamento de um eurodeputado na capital belga.

“Há vários meses que investigadores da polícia suspeitam que um Estado do Golfo tenta influenciar as decisões económicas e políticas do Parlamento Europeu”, adiantou o Ministério Público Federal belga em comunicado.

Este Estado teria executado esta estratégia através do “pagamento de quantias substanciais de dinheiro, e oferecendo presentes importantes a terceiros, a pessoas com uma posição política ou estratégica importante dentro do Parlamento Europeu”, acrescentou.

Efeito dominó leva a prisão preventiva

Logo após a “explosão” do escândalo, em Atenas, o Partido Socialista



Kaili com efeitos imediatos .

Já a presidente do Parlamento Europeu, a maltesa Roberta Metsola, decidiu suspender, **com efeitos imediatos, todos os poderes, deveres e funções que foram delegados a Eva Kaili** na qualidade de vice-presidente do Parlamento Europeu.



Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu
EPA/JULIEN WARNAND

No sábado foi ainda efetuada uma busca na casa de um segundo deputado. Neste caso, **“suspeita-se do pagamento de avultadas quantias em dinheiro ou da oferta de presentes significativos a terceiros com posição política e/ou estratégica que permita, no seio do Parlamento Europeu, influenciar as decisões”** desta instituição.